

PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, nomeado pela Portaria n. 2.210, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, em 2 de maio de 2012, de acordo com a autorização constante do Processo n. 48500.000636/2015-31, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e sítio abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EXCETO** para o **ITEM 19**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 6.204, de 5 de setembro de 2007, n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, n. 7.746, de 5 de junho de 2012, e nas Instruções Normativas SLTI/MPOG n. 2, de 30 de abril de 2008, n. 1, de 19 de janeiro de 2010 e n. 2, de 11 de outubro de 2010, com respectivas alterações posteriores, e demais normas que regem a espécie, e terá sessão de abertura conforme segue:

DATA: 14/05/2015**HORÁRIO: 09h****SÍTIO: www.comprasgovernamentais.gov.br****E-MAIL: comprasaneel@aneel.gov.br****FAC-SÍMILE: (61) 2192-8666****1 - DO OBJETO**

- 1.1 Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para aquisição de material de consumo (MATERIAL GRÁFICO)**, conforme especificações deste Edital e seus anexos.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com cadastramento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG n. 2, de 2010.

2.1.1 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

- 2.2 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, na condição de proponente:

PARA O ITEM 19:

2.2.1 Empresas em funcionamento no país, desde que desenvolvam atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, comprovada por meio de Contrato Social ou documento equivalente.

PARA OS DEMAIS ITENS:

2.2.2 Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) em funcionamento no país, desde que desenvolvam atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, comprovada por meio de Contrato Social ou documento equivalente.

2.3 Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

2.3.1 Empresas em recuperação judicial, extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.2 Consórcio de empresas;

2.3.3 Empresas suspensas pela ANEEL, impedidas de licitar e contratar com a União ou, que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública;

2.3.4 Cooperativas;

2.3.5 Empresas registradas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, impedidas de contratar com órgãos e entidades federais;

2.3.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n. 8.666, de 1993.

2.3.7 Associações sem fins lucrativos cujos estatutos e objetivos sociais não tenham nexo com o objeto desta licitação.

2.4 O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (art. 21, § 2º do Decreto n. 5.450/2005).

2.5 Não será admitida a subcontratação, sob qualquer pretexto ou alegação.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º do Decreto n. 5.450/2005), no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 3º, § 6º do Decreto n. 5.450/2005).

3.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à ANEEL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III do Decreto n. 5.450/2005).

- 3.4 O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (art. 13, inciso I do Decreto n. 5.450/2005).
- 3.5 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 4.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços (art. 21 do Decreto n. 5.450/2005).
- 4.2 A Proposta de Preços deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, a partir da data de liberação do Edital no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) até o horário-limite para o início da sessão pública, que se dará pela abertura das propostas no dia **14/05/2015, às 09h**, horário de Brasília (art. 21 do Decreto n. 5.450/2005).
- 4.3 O envio da Proposta de Preços deve se dar com o preenchimento dos campos próprios apresentados pelo sistema eletrônico no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 4.4 Os valores da Proposta de Preços deverão corresponder ao valor total, devendo englobar todas as despesas, tributos, encargos sociais, trabalhistas e insumos referentes ao objeto da licitação.
- 4.5 No preenchimento da Proposta de Preços, o licitante deve informar os seguintes dados:
- 4.5.1 Preço de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo, com preenchimento em campo próprio, expresso em moeda nacional (R\$).
- 4.6 O prazo de validade de Proposta de Preços apresentada é de 60 (sessenta) dias a contar da data de seu recebimento (art. 6º da Lei n. 10.520/2002, combinado com o art. 27, § 4º do Decreto n. 5.450/2005).
- 4.7 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (art. 21, § 4º do Decreto n. 5.450/2005).
- 4.8 A oferta deverá ser precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 4.9 Não se considerará nenhuma oferta ou vantagem não prevista neste Edital.
- 4.10 Serão desclassificadas:
- 4.10.1 As propostas que não atendam às exigências ao ato convocatório da licitação;
- 4.10.2 As propostas com preços manifestamente inexequíveis, na forma da legislação, considerados os preços praticados no mercado;
- 4.10.3 As propostas que apresentem preços com cotação no valor zero, simbólicos e/ou irrisórios, incompatíveis com os preços praticados no mercado, **exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;**
- 4.11 Por ocasião da licitação, os licitantes deverão levar em conta o modelo de Proposta de Preços contido no ANEXO II.

- 4.11.1 Poderá ser solicitada à proponente a apresentação de catálogos, especificações técnicas, folders, dentre outros documentos que comprovem atender todas as características do objeto e condições estabelecidas neste Edital;
- 4.12 De acordo com a Lei Complementar n. 123/2006, o licitante, ao apresentar a proposta, deverá declarar, em campo próprio do sistema, seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso e que atende aos requisitos do art. 3º para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.
- 4.12.1 A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar N. 123/2006 **por licitante que não se enquadra** na definição legal reservada as categorias de ME e EPP **configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 4.13 A ANEEL poderá efetuar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de demonstrativos contábeis e/ou outros documentos que julgue necessários, a fim de ratificar o atendimento, pelos licitantes, às exigências da LC N. 123/2006 e do Decreto 6.204/2007.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 5.1 A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital e, em conformidade com o subitem 4.2, terá início a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas conforme o Edital e de acordo com o Decreto n. 5.450/2005.
- 5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital (art. 22, § 2º do Decreto n. 5.450/2005).
- 5.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e, registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 22, § 3º do Decreto n. 5.450/2005).
- 5.4 As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na *internet* (art. 22, § 4º do Decreto n. 5.450/2005).
- 5.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes (art. 22, § 5º do Decreto n. 5.450/2005).
- 5.6 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance (art. 23 do Decreto n. 5.450/2005).

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- 6.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 6.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 6.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.5 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.6 O encerramento da fase competitiva dar-se-á por decisão do Pregoeiro que acionará o aviso do prazo de fechamento iminente, após o que transcorrerá período determinado pelo sistema, de até 30 minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.7 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 6.7.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7 - DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PARA O ITEM 19:

- 7.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPP na ordem de classificação. A proposta que se encontrar na faixa até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema**, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate.
 - 7.1.1 Para viabilizar tal procedimento, o Sistema selecionará os itens com tais características, disponibilizando-os automaticamente nas telas do pregoeiro e licitante, encaminhando mensagem também automática, por meio do *chat*, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido. Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial;

- 7.1.2 Caso sejam identificadas propostas de ME/EPP empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa de até os 5% (cinco por cento) acima da proposta da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 7.1.3 A negociação de preço junto ao licitante classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos licitantes participantes;
- 7.1.4 Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

PARA OS DEMAIS ITENS:

- 7.2 Após a fase competitiva, sem o encaminhamento de lances pelos licitantes, na ocorrência de eventual empate entre propostas inicialmente inseridas, caso o sistema não solucione automaticamente a situação, será adotado como critério de desempate o disposto no art. 3º, §2º, e, por último, no art. 45, §2º, ambos da Lei n. 8.666/93.
- 7.3 O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, para que seja obtido o preço mais vantajoso, bem como decidir sobre a sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital (art. 24, § 8º do Decreto n. 5.450/2005).
- 7.3.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.4 Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro efetuará consulta, em relação ao licitante que apresentou a proposta melhor classificada, ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas do sítio Transparência Brasil, e à Relação de Inidôneos para participarem de licitações realizadas pela Administração Pública Federal, do Tribunal de Contas da União-TCU, a fim de averiguar a não incidência das cláusulas 2.3.3 e 2.3.5 do Edital.
- 7.5 Após a cautela indicada na cláusula anterior, o Pregoeiro formalizará no *chat* do Portal de Compras Governamentais, a convocação da proposta melhor classificada, dando um prazo de 4 (quatro) horas úteis para o envio de documentos de habilitação e proposta de preços ajustada ao seu lance final.
- 7.5.1 O recebimento tempestivo pelo Pregoeiro da documentação de habilitação e proposta de preços é de inteira responsabilidade do licitante convocado, que deverá acompanhar, com atenção, a sessão pública.
- 7.5.2 No caso, de suspensão da sessão pública no Portal de Compras Governamentais, os licitantes poderão acompanhar as mensagens registradas no *chat eletrônico*, por meio do acesso livre do Portal de Compras Governamentais, seguindo o caminho: *GESTOR DE COMPRAS- Consultas – Pregões – Em andamento - Situação: Todas, Cód.UASG: 323028, e indicar o número deste pregão.*

- 7.6 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço do objeto em relação ao estimado para a contratação.
- 7.6.1 **Não poderá haver desistência da proposta ofertada, após a abertura da sessão pública no Portal de Compras Governamentais.**
- 7.6.2 EXCEPCIONALMENTE, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência de proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pelo LICITANTE, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 7.6.3 **O Licitante que não atende à convocação feita pelo Pregoeiro para apresentar documentos de habilitação, será considerado DESISTENTE.**
- 7.6.4 Caso o Pregoeiro não aceite o pedido de desistência da proposta, nos termos fixados pelo subitem 7.6.2, a licitante desistente ficará sujeita a abertura de processo de apuração de responsabilidade, nas condições previstas na Cláusula 14 deste Edital.
- 7.7 A classificação final far-se-á pela ordem crescente dos preços.
- 7.7.1 Será considerada mais vantajosa para a ANEEL a oferta de **MENOR PREÇO**, proposta e aceita, obtida na forma da condição anterior;
- 7.8 O pregoeiro poderá solicitar **amostras**, sem ônus para a ANEEL, do objeto a ser ofertado a fim de verificar o atendimento às especificações descritas neste Edital.
- 7.8.1 **O prazo para entrega das amostras será de 3 (três) dias úteis contados da solicitação feita pelo pregoeiro na sessão pública do pregão.** As amostras serão entregues ao pregoeiro;
- 7.8.2 O licitante deverá entregar 01 (uma) unidade de cada produto e sua análise será feita de acordo com as especificações exigidas para os materiais, sendo verificados o tipo do material, a qualidade, medidas e o atendimento às demais especificações definidas no ANEXO I deste Edital, para cada item.
- 7.8.3 No caso de não atendimento à exigência do subitem 7.8.1 ou no caso de a amostra não ser aprovada pela área de avaliação da ANEEL, caso não esteja de acordo com as especificações do ANEXO I deste Edital, o pregoeiro desclassificará a proposta e convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;
- 7.8.4 A licitante que enviar a amostra deverá retirá-la no prazo de 2 (dois) dias úteis depois da divulgação pelo pregoeiro do resultado da verificação realizada pela área responsável.
- 7.8.5 Todos os custos e despesas concernentes ao envio das amostras, bem como ao fornecimento integral do objeto deste Edital, inclusive taxas de frete ou seguro, correrão por conta da empresa contratada, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da ANEEL.
- 7.9 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá abrir prazo para que sejam sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

- 7.10 Aceita a proposta de **MENOR PREÇO**, será analisada a habilitação do licitante, para verificação do atendimento das condições fixadas no item 8 deste Edital.
- 7.11 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto, pelo Pregoeiro, caso não haja interposição de recursos.
- 7.12 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto correspondente a sua proposta.
- 7.13 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.
- 7.14 Será declarado vencedor, o licitante que apresentar proposta de acordo com as especificações do Edital e ofertar o **MENOR PREÇO** para a respectiva prestação de serviços do objeto.
- 7.15 O licitante vencedor se responsabiliza pelo valor de seu lance para a totalidade dos materiais licitados, não sendo aceitas, em hipótese alguma, alegações de erros nos quantitativos, sob pena de responsabilização, nos termos da lei.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Declarações, **exclusivamente eletrônicas**, mediante o preenchimento de campos específicos no Portal de Compras Governamentais:
- 8.1.1 Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
 - 8.1.2 Declaração de cumprimento da obrigação prevista na Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999;
 - 8.1.3 Caso o licitante seja ME/EPP, Declaração de que está apto a usufruir do tratamento diferenciado, estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006;
 - 8.1.4 Declaração de que a empresa conhece e concorda com as condições estabelecidas neste Edital e que atende aos requisitos de habilitação;
 - 8.1.5 Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- 8.2 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômico - financeira, de acordo com o disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 2010.
- 8.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
 - 8.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 4 (quatro) horas úteis, via FAC-SÍMILE, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de desclassificação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006.

8.3 Os licitantes que não possuem cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou que apresentarem dados vencidos no cadastro deverão apresentar a seguinte documentação:

8.3.1 Para Habilitação Jurídica:

- 8.3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 8.3.1.2 Em se tratando de sociedades comerciais: contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado; no caso de sociedades por ações, tais documentos devem estar acompanhados pelos documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.1.3 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 8.3.1.3.1 O licitante deverá comprovar que desenvolve atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nos documentos exigidos nos subitens 8.3.1.1 a 8.3.1.3 ou equivalentes.
- 8.3.1.4 No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.3.1.5 A empresa estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o Decreto de Autorização e o Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.3.1.6 Se for o caso, Documento, expedido pela Junta Comercial ou Cartório de Registro, comprovando a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em atenção ao artigo 72 da LC n. 123/2006;
- 8.3.1.7 Sendo o licitante optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar a devida comprovação.

8.3.2 Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 8.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.3.2.2 Certidão de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos débitos previdenciários e aos não previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) ou administrados pela Receita Federal do Brasil);
- 8.3.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.2.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - 8.3.2.5.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

8.3.2.7 Para comprovar a regularidade fiscal das MEs/EPPs será observado o disposto no art. 4º do Decreto n. 6.204/07.

8.3.3 Para Qualificação Econômico-Financeira:

8.3.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial, ou extrajudicial expedida pelo Cartório de Distribuição da sede do licitante.

8.4 A inscrição cadastral regular no SICAF dispensa a apresentação dos documentos que estiverem devidamente **validados e atualizados**.

8.5 Após a convocação do Pregoeiro, a licitante que apresentar a melhor proposta deverá encaminhar a documentação original ou cópia autenticada, em até 2 (dois) dias úteis.

8.5.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhados dos originais, enviados à Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios – SLC/ANEEL para conferência.

8.6 Não se aceitará para a habilitação jurídica, fiscal, civil e trabalhista que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial, exceto quando o próprio documento for aplicável para todos os estabelecimentos da empresa (matriz e filial).

8.7 Para efeito das habilitações jurídica, fiscal, civil e trabalhista, o licitante que possuir mais de um estabelecimento, deve apresentar a documentação referente ao estabelecimento que for fornecer o material.

8.8 Todos os documentos legais, comerciais ou financeiros, apresentados por quaisquer licitantes, se originários de outros países, deverão estar autenticados por consulado brasileiro no país de origem e, quando escritos em idioma estrangeiro, traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado, caso seja feita no Brasil, ou por pessoa ou entidade com função equivalente, caso efetuada em outro país.

8.9 O conteúdo das declarações e dos atestados apresentados está sujeito às responsabilidades de natureza administrativa, civil e penal.

8.10 O invólucro contendo a documentação deve ser endereçado para:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SLC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2015
ENDEREÇO: SGAN Quadra 603, Bloco “J” – Sala 109 – Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70830-110

- 8.11 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.12 Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é assegurado o direito de solicitar ao licitante vencedor, a qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 8.13 Disposições gerais da habilitação:
- 8.13.1 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
 - 8.13.2 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.
- 8.14 Quando todos os licitantes foram inabilitados, o Pregoeiro poderá, obedecida a ordem de classificação das propostas, fixar-lhes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos.
- 8.14.1 Serão aceitas somente cópias legíveis, respeitando o item 8.5.1;
 - 8.14.2 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
 - 8.14.3 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida ou julgar necessário.
- 8.15 Os documentos a serem protocolados deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados e/ou encadernados, na ordem mencionada.

9 - DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1 O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado pelo Pregoeiro, se não houver interposição de recursos, depois de atendidas as condições deste Edital, cuja homologação caberá à Autoridade Superior da ANEEL.
- 9.2 Se houver interposição de recurso e caso seja mantida a decisão pelo Pregoeiro, caberá a Autoridade Superior a análise do recurso, bem como a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do certame, conforme art. 27 do Decreto n. 5.450/2005.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 10.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET**, pelo *e-mail* comprasaneel@aneel.gov.br.
- 10.1.1 Os esclarecimentos publicados passam a integrar as regras da licitação e seus termos devem ser obrigatoriamente considerados pelas proponentes participantes do certame.
- 10.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de Pregão Eletrônico (art. 18 do Decreto n. 5.450/2005).

- 10.2.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.2.2 Se o acolhimento da impugnação representar prejuízo ao prosseguimento do certame, será designada nova data para a realização da licitação.
- 10.3 A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar deste processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 10.4 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5 As decisões sobre as impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro estarão disponíveis no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e no portal www.aneel.gov.br; os documentos são entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11 - DOS RECURSOS

- 11.1 A fase de recursos inicia-se após a declaração do vencedor e divide-se em dois momentos.
 - 11.1.1 O primeiro momento é oferecido para que o licitante demonstre sua intenção de recorrer e apresente os motivos das futuras razões recursais.
 - 11.1.2 O segundo momento se desenvolverá no caso de haver alguma intenção de recurso admitida pelo pregoeiro e se materializará com a apresentação das razões e contrarrazões por escrito, além de seu julgamento final pelo pregoeiro e pela autoridade competente.
- 11.2 O sistema recursal para o pregão eletrônico também exige, nos termos da art. 4º, XVIII e XX da Lei n. 10.520/2002, o preenchimento de requisitos de admissibilidade do recurso, sem os quais haverá decadência do direito de recorrer e autorizará o pregoeiro a seguir com o procedimento e adjudicar o objeto ao vencedor.
 - 11.2.1 O licitante deve se preparar e se antecipar à fase de recursos para que tenha condições de atender ao requisito de admissibilidade de apresentação dos motivos de sua irresignação.
 - 11.2.2 Se para a apresentação dos motivos recursais o licitante entender necessário o conhecimento de qualquer documento do processo, deverá providenciar vistas e cópias antecipadamente ao início da primeira fase recursal.
 - 11.2.3 O acompanhamento da licitação pelo sistema informatizado é de responsabilidade de cada licitante e o acesso aos autos, inclusive para atuação em recurso, deve decorrer da diligência e do interesse de cada participante. Neste sentido, deve observar o momento em que os documentos de habilitação do licitante em primeira colocação forem recebidos pelo pregoeiro.
 - 11.2.4 Não serão conhecidos recursos interpostos após os respectivos prazos legais.
- 11.3 A intenção de interposição de recurso deve ser manifestada previamente pelo licitante, no âmbito do sistema eletrônico, ao pregoeiro, imediatamente após a divulgação do vencedor, e deverá conter a indicação de seus motivos.

- 11.3.1 A motivação de um recurso difere de sua fundamentação e de suas razões e consiste simplesmente em indicar resumidamente os erros de uma decisão administrativa fazendo referência aos itens do Edital.
- 11.4 Manifestada a intenção e preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, o licitante dispõe do prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por escrito, que ficará disponível a todos os participantes, tão logo seja encaminhado ao Pregoeiro.
- 11.4.1 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.
- 11.5 Os recursos e as contrarrazões deverão ser disponibilizados pelos licitantes no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 11.6 É assegurada aos licitantes vista dos atos do Pregão Eletrônico, em qualquer momento do procedimento, observado apenas o tempo de organização para apresentação dos autos em balcão, assim como o cuidado para evitar o conflito do uso dos autos no mesmo horário por licitantes diversos.
- 11.6.1 Em processos administrativos, como o pregão eletrônico, não é admitida a retirada (carga) dos autos da repartição, pelo que as vistas serão realizadas nas dependências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL acompanhadas por um servidor público.
- 11.7 A decisão do Pregoeiro deverá ser fundamentada.
- 11.7.1 À autoridade competente cabe decidir os recursos contra os atos do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.
- 11.8 Qualquer recurso ou impugnação contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e, se acolhido, importará invalidação apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA

- 12.1 A ANEEL convocará regularmente o vencedor da licitação para assinar a ATA, **dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento do Ofício convocação, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.
- 12.2 Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços e da emissão das Notas de Empenho, a Administração verificará a regularidade da licitante para contratar com a Administração, por meio de consulta ao “on line” ao SICAF, à Justiça do Trabalho para obtenção da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, ao sítio da Transparência Brasil e à Relação de Inidôneos para participarem de licitações realizadas pela Administração Pública Federal, do Tribunal de Contas da União – TCU, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 12.3 **A assinatura da ATA está condicionada à completa regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal**, em conformidade com o inciso XIII do artigo 55 c/c os incisos III e IV do art. 29, todos da Lei n. 8.666/93.

12.4 Na assinatura da ATA, **será exigida da CONTRATADA:**

12.4.1 **Indicação de Preposto** para representar a CONTRATADA durante a execução da Ata, (art. 68 da Lei n. 8.666/93), conforme modelo do Anexo VI;

12.5 Se o adjudicatário, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, não apresentar o exigido no item 12.4 ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocada outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e, comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado após o aceite definitivo do órgão pelo recebimento dos materiais, e obedecendo aos seguintes eventos:

- 13.1.1 Apresentação do documento fiscal pela CONTRATADA, depois de conferido e aprovado o recebimento dos materiais pela área responsável do órgão;
- 13.1.2 Atesto do documento fiscal pelo órgão em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento;
- 13.1.3 Pagamento pelo órgão em até 15 (quinze) dias úteis, contados do atesto do documento fiscal.

13.2 A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os materiais não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

13.3 O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “*pro rata die*”.

13.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado à CONTRATADA.

13.5 A retenção ou glosa no pagamento ocorrerá, sem o prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.6 Obriga-se a CONTRATADA a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco do fornecimento.

13.6.1 A CONTRATANTE poderá *interromper* o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando o documento fiscal estiver em desacordo com o estabelecido no contrato ou instrumento equivalente e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo da CONTRATADA que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada.

13.6.2 Não havendo, porém, comprometimento, nos termos da cláusula 13.6.1, de todo documento fiscal, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que a CONTRATADA, em resposta, restabeleça as condições para o atesto.

- 13.7 A Contratada deverá manter registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, a Certidão de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos débitos previdenciários e aos não previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) ou administrados pela Receita Federal do Brasil) e de regularidade com o FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.
- 13.8 A ANEEL não se responsabilizará pelo retardamento do pagamento, em decorrência de documentos de cobranças atrasados, errados, rasurados, emitidos em desacordo com a legislação vigente, ou ainda sem toda ou parte da documentação obrigatória anexada.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 Nos termos do art. 7º, da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, estará sujeito à abertura de processo administrativo para a aplicação de sanções, o licitante/adjudicatário que cometer as seguintes infrações administrativas:
- 14.1.1 Não assinar, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, a Ata de Registro de Preços;
 - 14.1.2 Provocar o retardamento do objetivo do certame;
 - 14.1.3 Não mantiver a proposta;
 - 14.1.4 Deixar de entregar documentação, necessária para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços;
 - 14.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.6 Apresentar documentação falsa;
 - 14.1.7 Cometer fraude fiscal.
- 14.2 Considera-se **não manter a proposta (14.1.3)**, comportamento que implique em desistência desmotivada da proposta, dentre outros, não atendimento à convocação para entrega de documentos de habilitação, não envio de documentos de habilitação originais e não atender à diligência considerada indispensável pelo Pregoeiro para análise dos documentos de habilitação.
- 14.3 Considera-se **comportamento inidôneo (14.1.5)**, entre outros, a **declaração falsa** quanto às condições de participação, quanto **ao enquadramento como ME/EPP**, quanto **ao enquadramento para efeito do Decreto n. 7.174/10**, ou **marginem de preferência indicada em norma**, quanto à **independência de sua proposta** ou o **conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 14.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas na cláusula 14.1, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.4.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance final ofertado devidamente atualizado, na hipótese da cláusula 14.1.1.

- 14.4.2 Multa de diária de, até, 1% (um por cento) do valor total da proposta, limitada ao valor equivalente a 10% desse mesmo total, na hipótese da cláusula 14.1.2.
- 14.4.3 Multa, na hipótese da cláusula 14.1.3, calculada de acordo com o valor total da proposta ou do lance final ofertado:
- 14.4.3.1 No caso de proposta ou lance de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), ou de 1% (um por cento) deste valor, o que for maior;
- 14.4.3.2 No caso de proposta ou lance acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 14.4.4 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, nas hipóteses das cláusulas 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7;
- 14.4.5 Impedimento de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos;
- 14.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, ou cumulativamente, nos termos do art. 9º da Lei n. 10.520/02, e no §2º, do art. 87, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:
- 14.5.1 Provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do art. 101 da Lei n. 8.666 e art.27 do Código de Processo Penal;
- 14.5.2 Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do artigo 46 da Lei n. 8.443/92;
- 14.5.3 Instaurar processos administrativos, em face da Lei n. 12.846/13.
- 14.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n. 9.784, de 1999.
- 14.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, julgará as justificativas arguidas, levando em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no caso de declaração de inidoneidade a licitante será descredenciada do sistema.
- 14.9 Sem prejuízo do andamento do processo de apuração da infração, a Ata – consideradas a urgência da necessidade pública e a gravidade da conduta apurada - poderá ter sua vigência iniciada; finda a apuração e confirmada a hipótese de condenação administrativa, o ajuste, se vigente, estará sujeito à rescisão unilateral/cancelamento.
- 14.10 Os valores das multas de que tratam as subcláusulas 14.4.1, 14.4.2, 14.4.3 e 14.4.4 consistem em créditos do órgão e deverão ser recolhidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da notificação do devedor por ofício, prazo este que, alcançado, representará o acréscimo de juros, multa e encargos ao principal, nos termos do art. 37-A, da Lei n. 10.522/2002, alterada pela Lei n. 11.941/2009, observando-se ainda o seguinte:
- 14.10.1 Taxa de juros equivalente à utilizada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic;

- 14.10.2 Multa com limite de 20% (vinte por cento) do total do crédito do órgão; e
- 14.10.3 Ao crédito do órgão inscrito em dívida ativa acrescentar-se-á, também, a importância de 10% a título de encargo legal, previsto no §1º do art. 37-A da Lei n. 10522/2002 c/c os arts. 1º do Decreto-Lei n.1025/69, 3º do Decreto-Lei n. 1569/77 e 3º do Decreto-Lei n.1645/78. Caso seja necessário o ajuizamento da execução fiscal pertinente, este acréscimo atingirá o patamar de 20% (vinte por cento).
- 14.11 As sanções por infrações praticadas durante a vigência da Ata estão previstas no Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 A ANEEL *admitirá* a adesão à Ata de Registro de Preços aos órgãos e entidades não participantes do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015.
- 15.1.1 As adesões à Ata de Registro de Preços somente poderão ser efetuadas com a autorização da ANEEL;
- 15.1.2 Concedida a autorização, os órgãos ou entidades não participantes do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015, deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata;
- 15.1.2.1 Quando solicitado pelo órgão não participante, a ANEEL poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no inciso 14.1.2, respeitado o prazo de vigência da ata.
- 15.1.3 Serão permitidas as adesões de até 5 (cinco) vezes o quantitativo de cada item registrado para o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, independente do número de órgãos não participantes que aderirem a Ata;
- 15.1.4 As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na presente Ata de Registro de Preços.

16 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1 A validade do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da homologação do PREGÃO ELETRÔNICO n. 5/2015.
- 16.2 A ANEEL poderá negociar a revisão dos preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados ou de fato que eleve os custos do respectivo objeto, conforme as condições estabelecidas no ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, deste edital.
- 16.3 A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratação na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada preferência ao detentor do registro, em igualdade de condições.

17 - DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 17.1 A critério da CONTRATANTE, este Pregão Eletrônico poderá:
- 17.1.1 Ser revogado, a juízo da CONTRATANTE, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
 - 17.1.2 Ter sua data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da CONTRATANTE.
- 17.2 Será observado, ainda, quando ao procedimento deste Pregão Eletrônico:
- 17.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.
 - 17.2.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à da nota de empenho, ressalvado, ainda, o dispositivo citado no subitem anterior.
- 17.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo o procedimento formalizado por despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.
- 18.2 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CONTRATANTE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados na licitação.
- 18.4 Após aberta a sessão, não caberá desistência dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 18.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e sítio estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 18.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8 A homologação do resultado desta licitação não atribui à empresa vencedora o direito de fornecer os serviços referentes ao respectivo objeto.

- 18.9 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CONTRATANTE, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III do Decreto n. 5.450/2005).
- 18.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV do Decreto n. 5.450/2005).
- 18.11 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

- 19.1 Constituem anexos deste Edital os seguintes documentos:
- 19.1.1 Anexo I – Termo de Referência;
 - 19.1.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
 - 19.1.3 Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 19.1.4 Anexo IV – Modelo de Termo de Recebimento Provisório;
 - 19.1.5 Anexo V – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo – TRD;
 - 19.1.6 Anexo VI – Modelo de expediente para Designação de Preposto

Brasília, 30 de abril de 2015.

UBIRATÃ BARTOLOMEU PICKRODT SOARES

Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015– TERMO DE REFERÊNCIA
1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS

1.1 As especificações técnicas e descrições dos materiais a serem fornecidos, as quantidades e os valores estabelecidos como máximos admitidos pela Administração (art. 40, inciso X da Lei N. 8.666/93) estão descritos no Quadro I abaixo.

Quadro I - Especificação do objeto

SIASG			Descrição complementar	Unidade	Quant	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Código	Descrição					
1	BR203285	Almofada carimbo, material caixa plástico, material almofada esponja absorvente revestida de tecido, tamanho médio, cor preta, tipo entintada.	Tamanho N. 3	Unid.	100	12,77	1.277,00
2	BR203283	Almofada carimbo, material caixa plástico, material almofada esponja absorvente revestida de tecido, tamanho médio, cor azul, tipo entintada.	Tamanho N. 3	Unid.	100	12,77	1.277,00
3	BR150592	Capa processo, nome capa processo	Capa processo, material cartolina formato 450 x 300, gramatura 240, cor branca, apresentação folha dupla, características adicionais com furo universal e vinco, com brasão da república e timbre do Serviço Público Federal, com certificação FSC ou CERFLOR	Ct	100	39,33	3.933,00
4	BR310999	Copo descartável, material plástico, capacidade 200, aplicação água, características adicionais transparente.	Apresentação: Caixa c/ 2.500 unidades	Cx	500	97,71	48.855,00
5	BR035025 6	Envelope, material papel ofsete, gramatura 120, tipo ofício, comprimento 114, cor branca, largura 229, características adicionais 1 impressão com timbre 3/0 cores	Envelope, material papel off-set, gramatura 120 g/m ² , tipo ofício, comprimento 114 mm, largura 229 mm, cor branca, impressão com timbre a 3 x 0 cores (Pantone 3025C, Pantone 384C e Pantone 9400)	Unid.	30.000	0,28	8.400,00

6	BR234151	Envelope, material papel off-set, gramatura 90 g/m ² , tipo saco comum, comprimento 229mm, cor branca, sem impressão, largura 114mm, modelo ofício	com certificação FSC ou CERFLOR	Unid.	15.000	0,07	1.050,00
7	BR273496	Envelope, material papel off-set, gramatura 90, tipo sem timbre, comprimento 280, cor branca, largura 200	com certificação FSC ou CERFLOR	Unid	15.000	0,19	2.850,00
8	BR368137	Envelope, material papel Off-set, gramatura 90 g/m ² , tipo saco comum, comprimento 229, cor branca, largura 324.	com certificação FSC ou CERFLOR	Unid	15.000	0,20	3.000,00
9	BR272899	Envelope, material papel off-set, gramatura 90 g/m ² , tipo sem timbre comprimento 360mm, cor branca, largura 260mm.	com certificação FSC ou CERFLOR	Unid	20000	0,35	7.000,00
10	BR338096	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 353, cor parda, largura 250	com certificação FSC ou CERFLOR	Unid	10.000	0,16	1.600,00
11	BR150881	Envelope, nome envelope	tamanho 162 x 220, cor rosa cancan	Un	200	0,61	122,00
12	BR150881	Envelope, nome envelope	tamanho 162 x 220, cor azul royal	Un	200	0,62	124,00
13	BR150881	Envelope, nome envelope	tamanho 162 x 220, cor verde água	Un	200	0,78	156,00
14	BR150881	Envelope, nome envelope	tamanho 162 x 220, cor rosa bebê	Un	200	0,78	156,00
15	BR150881	Envelope, nome envelope	tamanho 162 x 220, cor azul claro	Un	200	0,61	122,00
16	BR203144	Grampo grampeador, material metal, tratamento superficial galvanizado, tamanho 26/6	caixa com 5.000 unidades	Cx	1000	5,37	5.370,00
17	BR405489	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade 25, tamanho grampo 26/6, características adicionais pintura epóxi	Comprimento aproximado de 20 a 22cm, altura máxima aproximada de 6 a 9cm	Unid.	300	15,68	4.704,00
18	BR235239	Grampeador, tratamento superficial pintado, material metal, tipo mesa, capacidade 12, aplicação papel, tamanho grampo 26/6		Unid.	300	8,24	2.472,00
19	BR226606	Papel A4, material papel alcalino, comprimento 297, largura 210, aplicação impressora jato tinta, gramatura 75	Papel de 1ª qualidade, embalado em resmas, com certificação FSC ou CERFLOR	Rs	10.000	14,57	145.700,00

20	BR203592	Papel sulfite, gramatura 75g/m ² , comprimento 297 mm, largura 210 mm, cor branca, impressão com timbre a 3 x 0 cores (Pantone 315U, Pantone 398U e Pantone 9400U)		Rs	200	23,87	4.774,00
21	BR150596	Pasta eventos, material papel triplex, gramatura 300, formato fechado 220 X 310, acabamento plastificado, cor impressão 3 X 1, características adicionais 1 dobra, bolso interno.	Pasta ANEEL, impresso a 3 x 1 cor :Pantone 3025C, Pantone 384C e um Pantone equivalente a 70% do Pantone 3025C para o filete. O endereço da ANEEL deverá ser composto em caixa alta e baixa pelo tipo Trade Gothic Condensed Oblique, corpo 9 e entrelinha 11. O endereço do sítio da ANEEL em Trade Gothic Bold Condensed Oblique, corpo 9 e entrelinha 11. Modelo no almoxarifado da ANEEL.	Unid.	10.000	1,32	13.200,00
22	à cadastrar	Pasta organizadora cartão de visita, material papelão prensado, revestimento interno e externo em PP, 4 argolas, capacidade 50 sacos plásticos com 10 divisões. Dimensões aproximadas 300 x 250 x 500		Unid	200	47,19	9.438,00
23	BR204641	Saco documento, material plástico transparente, capacidade folhas 10, comprimento 335, largura 230, número furos 2 furos	Espessura 0,20	Unid.	20.000	0,31	6.200,00

2 MODELOS PARA CONFECÇÃO DOS MATERIAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

2.1 O almoxarifado da ANEEL irá fornecer os modelos para a confecção dos materiais em formato Adobe Illustrator (arquivos .ai).

2.2 Os materiais sujeitos a prazos de validade definidos pela legislação em vigor deverão ser entregues com validade mínima de 1 (um) ano.

2.3 CONDIÇÕES DE ENTREGA:

2.3.1 O material **deverá ser entregue nos dias úteis, das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h00**, no endereço abaixo não sendo permitida a entrega fora desses horários.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
SGAN 603, bloco "J" – Asa Norte – Brasília – DF - CEP 70830-110.
Superintendência de Administração e Finanças – SAF/Almoxarifado.
Telefone: 61 2192.8677

2.3.2 **O prazo de entrega** do material é de, **no máximo, 15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3 CONDIÇÕES COMERCIAIS

3.1 Todos os custos e despesa concernentes ao fornecimento integral do objeto do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015, inclusive taxas de frete ou seguro, correrão por conta da CONTRATADA, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da CONTRATANTE.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	CONFORME MINUTA APROVADA
VISTO	

ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

Nossa proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a entrega da mesma, sendo o preço ofertado firme e irrevogável durante o prazo de validade.

Informamos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

O valor total de nossa proposta para o **Registro de Preços para aquisição de material de consumo (MATERIAL GRÁFICO)**, dos itens a seguir, conforme especificações do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015 e seus Anexos é de R\$ _____ (por extenso), assim discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	MARCA	QUANTIDADE / UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ¹ (R\$)

(Local), de de .

(Representante Legal)

(Nome da Empresa)

(Endereço / endereço eletrônico)

(Telefone / FAC-SÍMILE / e-mail)

¹ Para efeito de registro da proposta no sistema COMPRAS GOVERNAMENTAIS, o Licitante deverá apenas incluir o VALOR UNITÁRIO do Item, e a QUANTIDADE OFERTADA, pois o Sistema calculará automaticamente o VALOR TOTAL.

ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCESSO n. 48500.000636/2015-31****PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**, com sede na cidade de Brasília – DF, SGAN 603, Bloco “J”, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.270.669/0001-29, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, e inscrito no CPF n. _____, nomeado pela Portaria n. _____, de _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, de acordo com delegação de competência que lhe foi atribuída no art. _____ da Portaria n. _____, de _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, e de outro lado, _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF n. _____, estabelecida na _____, representada por _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, e inscrito no CPF n. _____ e, em observância ao disposto nas Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 6.204, de 5 de setembro de 2007, n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, n. 7.746, de 5 de junho de 2012, e nas Instruções Normativas SLTI/MPOG n. 2, de 30 de abril de 2008, n. 1, de 19 de janeiro de 2010 e n. 2, de 11 de outubro de 2010, e respectivas alterações posteriores, e demais normas que regem a espécie, resolvem celebrar a presente Ata, pelas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para aquisição de material de consumo (MATERIAL GRÁFICO)**, conforme especificações do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.5/2015 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	MARCA	QUANTIDADE/ UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 2.1 A execução do objeto deve obedecer ao estipulado nesta Ata, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo n. 48500.000636/2015-31:
- 2.1.1 Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n. 5/2015 e seus anexos;
 - 2.1.2 Propostas e documentos firmados pela CONTRATADA;
 - 2.1.3 Notas de empenho emitidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1 O objeto será executado sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1 A vigência desta Ata inicia-se em ___/___/___ (data da assinatura da Ata), com término em ___/___/___ (12 meses contados da homologação do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015.
- 5.1.1 Falta de manutenção das condições de habilitação e qualificação, exigidas no Edital, poderá ensejar a abertura de processos de cancelamento da ata e de apuração de responsabilidade administrativa da CONTRATADA.
- 5.2 Fornecer o objeto de acordo com as especificações constantes no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015, observando todos os aspectos quanto à originalidade, à qualidade e quantidade, bem como os prazos definidos pela legislação em vigor, sob pena das sanções administrativas cabíveis.
- 5.3 Reparar ou substituir, às suas expensas, os materiais em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.
- 5.3.1 No caso de o material estar fora das especificações ou com defeito, ou, por qualquer motivo houver recusa, a CONTRATADA tem prazo de 5 (cinco) dias para substituí-lo ou corrigi-lo. Atrasos, assim como a recusa em realizar a substituição, provocarão sanções administrativas. O material substituto passará pelo mesmo processo de análise observado na entrega inicial.

- 5.4 Emitir o documento fiscal correspondente aos materiais entregues, observando o disposto na Nota de Empenho.
- 5.5 Ressarcir qualquer dano causado ao patrimônio do órgão na entrega dos materiais, salvo justificativa comprovada.
- 5.6 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do edital, da ata de registro de preços e da nota de Empenho.
- 5.7 Acatar as decisões e observações feitas pela Fiscalização, relativamente ao objeto, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 5.8 Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações detalhadas no ANEXO I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO em questão.
- 5.9 Comunicar a CONTRATANTE sobre a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução da Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os trabalhos resultantes do objeto da Ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por meio de servidor especialmente designado para esse fim, Gestor da Ata de Registro de Preços, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 6.2 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015 e seus anexos.
- 6.3 Atestar o fornecimento dos materiais, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, e receber a fatura correspondente, quando apresentada na forma estabelecida no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015 e seus anexos.
- 6.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos pactuados.
- 6.5 Verificar periodicamente se os preços registrados continuam vantajosos e compatíveis com o mercado.
- 6.6 Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.
- 6.7 Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 6.8 Acompanhar os prazos de entrega, exigindo que a CONTRATADA tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 e demais cominações legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO DA ATA

- 7.1 A CONTRATANTE indicará um gestor titular desta ata, a quem caberá:
- 7.1.1 Receber o material, realizando a conferência quantitativa dos materiais, recusando qualquer um que não esteja dentro dos limites das especificações técnicas do Edital;
 - 7.1.2 Iniciar as ações de conferência de originalidade e de qualidade dos itens, procedendo de forma criteriosa ao seu recebimento e guarda;
 - 7.1.3 Prestar à CONTRATADA esclarecimentos sobre a identificação do material, quantidade ou qualidade, dentro dos prazos programados.
 - 7.1.4 Registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades, sob pena de abertura de processo para apuração de responsabilidade e eventuais imputação das penalidades previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PEDIDO DO MATERIAL

- 8.1 O pedido de material se dará pela emissão de Nota de Empenho pela CONTRATANTE, com base nas condições estabelecidas pela Ata de Registro de Preços e demais dispositivos constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015, a ser encaminhada à CONTRATADA por meio de Ofício.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado após o aceite definitivo do órgão pelo recebimento dos materiais, e obedecendo aos seguintes eventos:
- 9.1.1 Apresentação do documento fiscal pela CONTRATADA, depois de conferido e aprovado o recebimento dos materiais pela área responsável do órgão;
 - 9.1.2 Atesto do documento fiscal pelo órgão **em até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento;
 - 9.1.3 Pagamento pelo órgão **em até 10 (dez) dias úteis**, contados do atesto do documento fiscal.
- 9.2 A CONTRATANTE reserva-se o direito de **suspender o pagamento se os materiais não estiverem de acordo** com a especificação apresentada e aceita.
- 9.3 O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso *“pro rata die”*.
- 9.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado à CONTRATADA.
- 9.5 A retenção ou glosa no pagamento ocorrerá, sem o prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade

mínima exigida as atividades contratadas ou, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 9.6 Obriga-se a CONTRATADA a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco do fornecimento.
- 9.6.1 A CONTRATANTE poderá *interromper* o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando o documento fiscal estiver em desacordo com o estabelecido no contrato ou instrumento equivalente e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo da CONTRATADA que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada.
- 9.6.2 Não havendo, porém, comprometimento, nos termos da cláusula 9.6.1, de todo documento fiscal, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que a CONTRATADA, em resposta, restabeleça as condições para o atesto.
- 9.7 A CONTRATADA deverá manter registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.
- 9.8 A ANEEL não se responsabilizará pelo retardamento do pagamento, em decorrência de documentos de cobranças atrasados, errados, rasurados, emitidos em desacordo com a legislação vigente, ou ainda sem toda ou parte da documentação obrigatória anexada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666, de 1993, e nos arts. 18 e 19 do Decreto n. 7892/13.
- 10.1.1 **Caso o preço registrado torne-se superior ao preço de mercado**, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará a CONTRATADA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 10.1.1.1 A CONTRATADA que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 10.1.2 **Caso o preço registrado torne-se inferior ao preço de mercado**, a CONTRATADA deverá solicitar por escrito ao ÓRGÃO GERENCIADOR sua liberação do compromisso, antes de ter recebido o pedido de fornecimento.
- 10.1.3 O ÓRGÃO GERENCIADOR avaliará os motivos e comprovantes apresentados pela CONTRATADA, e, verificando sua veracidade, poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade.

10.2 Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá cancelar a ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá cancelar a Ata de Registro de Preços quando a CONTRATADA:

- 11.1.1 Não aceitar reduzir o preço registrado, se este se tornar superior àquele praticado no mercado;
- 11.1.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 11.1.3 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 11.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei N. 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei N. 10.520, de 2002.

11.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 serão formalizados por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR *poderá cancelar* a Ata de Registro de Preço, quando:

- 11.2.1.1 Ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados, e que prejudique seu cumprimento, por razão de interesse público; ou por solicitação escrita da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 12.1.1 Não executar totalmente ou executar parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da Ata de Registro de Preços;
- 12.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3 Cometer fraude de qualquer tipo na execução da Ata;
- 12.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5 Cometer fraude fiscal.

12.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas **nos subitens acima** ficará sujeita às seguintes sanções contratuais:

- 12.2.1 **Advertência**, nas situações que merecem reprovação branda por parte da Administração, como também alerta do rigor da fiscalização e da possibilidade de penalização mais gravosa, em caso de reincidência;

12.2.2 **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

12.2.2.1 **Multa moratória** diária de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, limitada ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) desse montante;

12.2.2.1.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor da Ata por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão da Ata;

12.2.2.2 **Multa compensatória, na forma especificada abaixo:**

12.2.2.2.1 De 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.2.3 As penalidades de multa decorrentes de **inadimplementos** diversos, **ou sua reincidência**, serão consideradas independentes entre si.

12.2.2.4 Caso a multa não seja paga:

12.2.2.4.1 Será convertida em crédito, nos termos da Lei n. 10.522/02, e na forma da legislação federal aplicável, sobre o qual incidirá:

12.2.2.4.1.1 Juros de mora, contados do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento da GRU, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para os títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento;

12.2.2.4.1.2 **A multa de mora** será calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento até o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitada a vinte por cento;

12.2.2.4.2 Será passível de inscrição e cobrança como Dívida Ativa, nos termos da Portaria MF n. 75, de 22 de março de 2012, e na forma da legislação federal aplicável.

12.2.2.5 Alcançado o limite de 20% do valor total contratado, tornada a prestação inútil, ou antes que haja prejuízo à Administração na persistência da(s) conduta(s), a CONTRATANTE estará autorizada a:

12.2.2.5.1 Reclamar perdas e danos excedentes não compensados pela aplicação de multa correspondente;

12.2.2.5.2 Avaliar a possibilidade de rescisão da Ata.

12.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;

12.2.3.1 Entende-se aplicável a sanção supra, quando apurada conduta capaz de deixar pendente, total ou parcialmente, a prestação acordada, com prejuízo ao interesse público e perda de confiança na relação contratual.

12.2.4 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.4.1 Entende-se aplicável a sanção supra, quando a gravidade da conduta mereça reprimenda mais severa por parte da CONTRATANTE do que a citada na cláusula 12.2.3; ou quando sua incidência estiver expressamente indicada na norma, respeitados o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

12.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade;

12.2.5.1 A declaração de inidoneidade funda-se em situação ou fato delituoso e será aplicada nos casos em que a apuração de responsabilidade conclua ter havido dolo ou má-fé da CONTRATADA, em conduta lesiva, prejudicial à CONTRATANTE ou ilícita, que recomende o seu afastamento.

12.3 Também fica sujeita às penalidades das cláusulas 12.2.3, 12.2.4 ou 12.2.5, a CONTRATADA que:

12.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, ou cumulativamente, nos termos do art. 9º da Lei 10.520/02, e no §2º, do art. 87, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:

12.6.1 Provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do art. 101 da Lei n. 8.666 e art. 27 do Código de Processo Penal,

12.6.2 Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do art. 46 da Lei n. 8.443/92.

12.6.3 Instaurar processos administrativos, em face da Lei n. 12.846/13.

12.7 As penalidades serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 13.1 Após o recebimento dos materiais, será firmado, em duas vias, o Termo de Recebimento Provisório – TRP, conforme modelo presente no ANEXO IV do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015.
- 13.2 Na eventualidade de se verificarem defeitos, falhas ou imperfeições, a CONTRATADA deverá saná-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação;
- 13.3 Decorrido o prazo estipulado para as correções do TRP, será realizada a conferência para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.
- 13.4 O recebimento provisório dos materiais não implica sua aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

- 14.1 Uma vez verificada a adequação dos materiais fornecidos, a CONTRATANTE, por meio da área técnica responsável, emitirá, em duas vias, um Termo de Recebimento Definitivo - TRD (modelo presente no ANEXO V do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n. 5/2015) para a correspondente Nota de Empenho, conforme o disposto no art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1 A execução desta Ata, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55, inciso XII da Lei N. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1 O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal será competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução desta Ata.
- 16.2 E para firmeza e prova das condições estipuladas no presente instrumento, assinam as partes em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas.

Brasília - DF, _____ de _____ de _____.

CONTRATANTE:

RUBRICA:

33/37

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	CONFORME MINUTA APROVADA
VISTO	

Superintendente de Licitações e Controle de Contratos
e Convênios

RUBRICA:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

RUBRICA:

RUBRICA:

CPF:

CPF:

ANEXO IV DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Ata de Registro de Preços nº:

Nota de Empenho nº:

Objeto: Fornecimento de _____ (quantidade) _____ (descrição do ITEM), conforme o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços n. ____/____.

Processo N.: 48500.000636/2015-31

Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

Declaramos que os materiais abaixo fornecidos pela empresa _____ foram recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015 - ANEEL, nos termos do inciso II, alínea "a", do artigo 73 da Lei N. 8.666/93.

N. ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADES)

Brasília - DF, ____ de _____ de _____.

NOME EM MAIÚSCULAS E NEGRITO DO REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

(Cargo completo)

ANEXO V DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Ata de Registro de Preços nº:

Nota de Empenho nº:

Objeto: Fornecimento de ____ (quantidade) _____(descrição do ITEM), conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 5/2015, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços n. ____/____.

Processo N.: 48500. 000636/2015-31

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 5/2015

Declaramos que os materiais abaixo fornecidos pela empresa _____, relativos à Ata de Registro de Preços n. ____/____, apresentaram-se dentro das normas e condições estabelecidas, respeitando os padrões de qualidade exigidos, fato pelo qual declaramos encerradas as atividades pactuadas no referido instrumento, não existindo nenhuma obrigação contratual pendente.

N. ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADES)

Assim, declaramos a quitação total e o recebimento definitivo do objeto contratual, ressalvado fato superveniente conhecido após a emissão deste.

Brasília - DF, ____ de _____ de _____.

GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (EM CAIXA ALTA E NEGRITO)

Cargo completo

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

Razão Social da CONTRATADA

36/37

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	CONFORME MINUTA APROVADA
VISTO	

ANEXO VI DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2015

Ata de Registro de Preços n. ____ /2015

....., inscrita no CNPJ n....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n. e inscrito no CPF n., conforme o art. 68 da Lei n. 8666/93, indicar o(a) Sr.(a), RG, CPF, telefone de contato (.....)....., como Preposto, para representá-la durante a execução do Contrato nº/2015-ANEEL.

(Local), de de

(Representante Legal)

(Nome da Empresa)

(Endereço / endereço eletrônico)

(Telefone / FAC-SÍMILE / e-mail)